

20/10/2009

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 736.052 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**AGTE. (S)** : CLARINDO FERRACIOLI  
**ADV. (A/S)** : WAGNER MARCELO SARTI E OUTRO(A/S)  
**AGDO. (A/S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 5º, LIV E LV, DA CF. OFENSA REFLEXA. RÉU PRESO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MANIFESTAÇÃO DO DESEJO DE APELAR. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 710 DO STF. APLICABILIDADE. AGRADO IMPROVIDO.

I - Ausência de prequestionamento das questões constitucionais suscitadas. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

II - A alegada violação ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária. Precedentes.

III - Não existe previsão legal que obrigue que o preso se manifeste obrigatoriamente sobre a pretensão de apelar ou, ainda, que o mandado de intimação deva ser acompanhado de um termo de apelação. Precedente.

IV - Continua plenamente aplicável a Súmula 710 desta Corte. Precedentes.

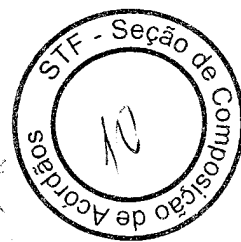
V - Agrado regimental improvido.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, negar provimento agrado regimental no agrado de instrumento, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Carlos Ayres Britto.

Brasília, 20 de outubro de 2009.

**RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR**



20/10/2009

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 736.052 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**AGTE. (S)** : CLARINDO FERRACIOLI  
**ADV. (A/S)** : WAGNER MARCELO SARTI E OUTRO(A/S)  
**AGDO. (A/S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

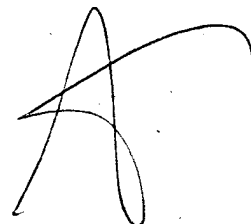
**R E L A T Ó R I O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão em que neguei seguimento ao agravo de instrumento.

Na origem, o agravante foi condenado a pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, com fundamento no art. 1º do Decreto-lei 201/1967 c/c o art. 71 do Código Penal.

Contra a sentença condenatória o réu, ora agravante, interpôs recurso de apelação, que não foi recebido por intempestividade.

Dessa decisão, o agravante interpôs recurso em sentido estrito e alegou a tempestividade da apelação, pois deveria lhe ter sido entregue, por ocasião da intimação da sentença condenatória, o "Termo de Apelação" preconizado no art. 600 do



**AI 736.052-AgR / SP**

CPP, a fim de que demonstrasse sua intenção em exercer o direito de recorrer.

Afirmou, ademais, que o início da contagem do prazo para interposição do recurso seria da data da juntada do mandado cumprido, e não da intimação.

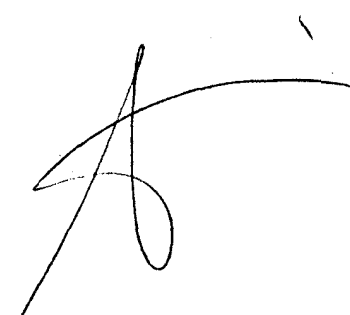
O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao recurso em sentido estrito, sob o fundamento de que

"a intimação pessoal do réu deu-se em 20.08.2007, enquanto que a da sua defensora ocorreu no dia 21.8.2007.

Como o recurso de apelação, acompanhado das respectivas razões, só foi protocolado aos 28.8.2008, quando já excedido o prazo legal de 5 dias, contado da última intimação realizada, era mesmo de rigor o reconhecimento da sua extemporaneidade".

Afastou, ademais, o TJ/SP o início da contagem do prazo para recorrer da juntada do mandado de intimação aos autos, com fundamento na Súmula 710 desta Corte.

O agravante interpôs recurso extraordinário e especial dessa decisão, que foram inadmitidos.



**AI 736.052-AgR / SP**

Manejado o agravo de instrumento contra decisão denegatória do RE, alegou-se ofensa ao art. 5º, LIV, LV e LVII, da Constituição.

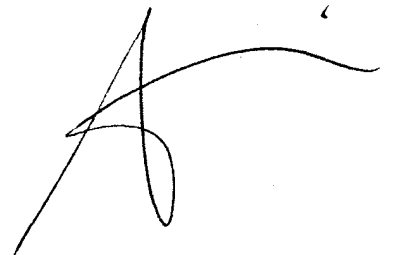
Neguei seguimento ao AI, com fundamento nas Súmulas 282 e 356 do STF. Assentei, ainda, que a orientação desta Corte, por meio de remansosa jurisprudência, é a de que a alegada violação ao art. 5º, LIV, e LV, da Constituição, pode configurar, em regra, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário

Contra essa decisão o agravante interpôs este agravo regimental e sustentou, em suma, que:

a) houve o devido prequestionamento das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário;

b) a análise do RE não demandaria o exame de matéria infraconstitucional;

c) houve manifesto cerceamento de defesa do agravante, bem como desrespeito ao princípio do duplo grau de jurisdição;



AI 736.052-Agr / SP

d) o acórdão recorrido negou vigência ao princípio do devido processo legal, ao afirmar que, no processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem, com base na Súmula 710 do STF e;

e) deveria o oficial de justiça ou o escrevente certificar o desejo de recorrer do agravante, o que não ocorreu no caso dos autos, causando-lhe manifesto prejuízo;

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não provimento do agravo, em parecer que porta a seguinte ementa:

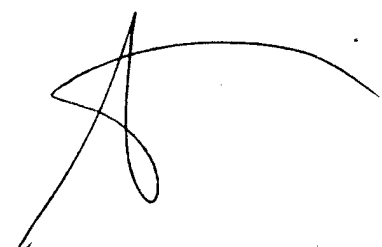
"AGRAVO REGIMENTAL. INADMISSIBILIDADE DE RE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E OFENSA REFLEXA À CF/88. PELO DESPROVIMENTO.

1. Ao contrário do que alega o agravante, constata-se pelo acórdão do recurso em sentido estrito que os dispositivos constitucionais supostamente violados não foram objeto de debate na Corte Estadual. No Caso, sequer houve a interposição de embargos declaratórios com fins de prequestionamento, razão pela qual incidem, na hipótese, as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A decisão hostilizada não comporta reparos, pois, em sendo necessário o exame prévio de legislação infraconstitucional, para que se possa discutir a violação à Carta Magna, resta configurada a ofensa meramente reflexa, incompatível com a via extraordinária.

3. Parecer pelo desprovimento do agravo" (fl. 152).

É o relatório.



20/10/2009

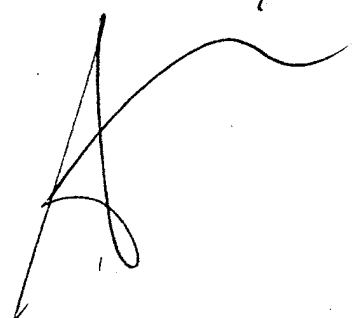
PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 736.052 SÃO PAULOV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem reexaminada a questão, verifica-se que a decisão ora atacada não merece reforma, visto que o recorrente não aduz argumentos capazes de afastar as razões nela expendidas.

Em que pesem as ponderações do agravante, certo é que não houve o prequestionamento das questões constitucionais suscitadas, o que torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula 282 desta Corte. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Além disso, este Tribunal tem consignado, por meio de remansosa jurisprudência, que a alegada violação ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição, pode, no máximo, configurar, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário.



AI 736.052-AgR / SP

Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 610.026-AgR/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 742.952-AgR/RJ, de minha relatoria; AI 648.273-AgR/PA, Rel. Min. Carlos Britto; AI 677.074-AgR/AP, Rel. Min. Celso de Mello.

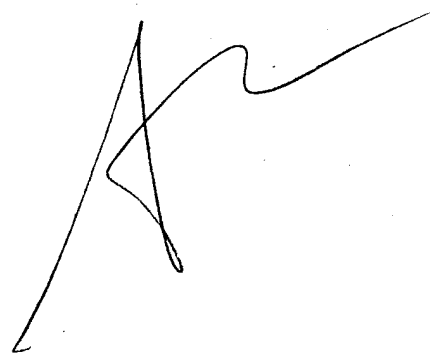
Ainda que superados tais óbices, melhor sorte não teria o agravante.

Isso porque esta Corte já assentou que não existe previsão legal que obrigue que o preso se manifeste obrigatoriamente sobre a pretensão de apelar ou, ainda, que o mandado de intimação deva ser acompanhado de um termo de apelação, conforme se observa do HC 75.281/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, que porta a seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU PRESO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MANIFESTAÇÃO DO DESEJO DE APELAR.

I. - O réu preso deverá ser intimado pessoalmente da sentença condenatória (CPP, art. 392, inciso I), mas inexistente previsão legal que obrigue que o preso se manifeste obrigatoriamente sobre se pretende apelar ou que o mandado de intimação deva ser acompanhado de um termo de apelação.

II. - H.C. indeferido".

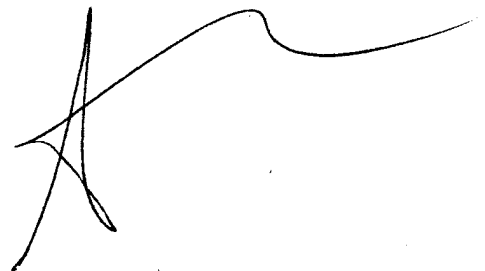


AI 736.052-AgR / SP

Ressalto, ademais, que a Súmula 710<sup>1</sup> deste Tribunal continua aplicável, conforme se observa do julgamento do AI 707.988-AgR/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVERSAS FORMAS DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: CONSIDERA-SE A QUE PRIMEIRO OCORREU. INTEMPESTIVIDADE: AGRAVO REGIMENTAL DO QUAL NÃO SE CONHECE. 1. A intimação pessoal do Ministério Público pode ocorrer por mandado ou pela entrega dos autos devidamente formalizada no setor administrativo do Ministério Público, sendo que, para efeitos de comprovação da tempestividade do recurso, admite-se, excepcionalmente, a 'aposição do ciente'. 2. Ocorrendo a intimação pessoal por diversas formas, há de ser considerada, para a contagem dos prazos recursais, a que ocorrer primeiro. Precedente. 3. No caso, o Ministério Público foi intimado por mandado (Súmula n. 710 do Supremo Tribunal Federal) e interpôs o agravo fora do quinquídio legal. 4. Agravo regimental intempestivo. Recurso do qual não se conhece".

Isso posto, nego provimento ao agravo regimental.



---

<sup>1</sup> Súmula 710 - no processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.



20/10/2009

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 736.052 SÃO PAULO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -  
Mantenho, também, o desprovemento do agravo de instrumento, mas o  
faço pela primeira premissa: falta de debate e decisão prévios, sob  
o ângulo constitucional, quando da prolação do acórdão impugnado  
mediante o extraordinário.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 736.052**

ORIGEM : RESE - 1149150340000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

AGTE.(S) : CLARINDO FERRACIOLI

ADV.(A/S) : WAGNER MARCELO SARTI E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidiu este julgamento o Ministro Marco Aurélio. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Carlos Ayres Britto. 1ª Turma, 20.10.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Ricardo Dias Duarte  
Coordenador